

# Mr. Da Costa contra a facção gálica no Brasil<sup>1</sup>

Luís Francisco Munaro

## Resumo

Este trabalho busca investigar, a partir da confrontação e sistematização dos principais temas, propostas e argumentos utilizados no *Correio Braziliense*, as noções políticas centrais presentes nos quatro primeiros volumes do jornal (1808-1810). A doutrina do *Correio*, de caráter fundamentalmente prático, tinha como intuito orientar a ocupação do Brasil pela Corte portuguesa, o que fazia mister reunir os esforços nacionais em torno do ideal comum de forjar um Estado nacional. Para tanto, urgiu o jornal combater as tendências contrárias a essa proposta, os partidos, e ressaltar as favoráveis, as idéias liberais e patrióticas. À leitura do *Correio* sucede a ordenação dos argumentos, em geral tributários do pensamento político pombalino, em torno de duas principais vertentes políticas, uma francesa e outra inglesa.

### Palavras-chave:

*Correio Braziliense, Jornalismo, História*

## Mr. Da Costa against the Gallic faction in Brazil

## Abstract

This work intends to investigate, from the confrontation and systematization of the main issues, proposals and arguments used in *Correio Braziliense*, the central notions policies in the first four volumes of the newspaper (1808-1810). The doctrine of the *Correio*, whose character is essentially practical, intended in first place to guide the occupation of Brazil by the Portuguese Court, which was mister join national efforts around the common ideal of forging a national state. Thus, urged the newspaper to combat the contrary trends to this proposal, the parties, and emphasize the positive, patriotic and liberal ideas. The identification of the *Correio* principal arguments, in general descendants of pombalino though, will show two main policy strands, one French and one English, analyzed each of them more deeply.

### Key words:

*Correio Braziliense, Journalism, History*

### Sobre o autor

Mestrando em  
Jornalismo na  
Universidade Federal de  
Santa Catarina (UFSC).  
luismunaro@yahoo.com.br

A partir do levantamento dos vários temas, problemas e argumentos de alcance político e econômico veiculados pelos dois primeiros anos do jornal *Correio Braziliense*, o presente artigo fará uma investigação dos grupos que repartem, de forma antagônica, as atenções do redator, Hipólito José da Costa. Um deles propõe o alinhamento do então Reino Luso-Brasileiro com a Inglaterra e outro, com o Império Francês. Ambos aparecem de forma conflitante, dividindo-se sob a forma daquilo que Hipólito comumente chamará “partido”.

A documentação presente no *Correio* é vasta em termos de volume, muito mais vasta, aliás, do que a resumida opinião do redator. Tal documentação compreende o fechamento dos portos da América do Norte às mercadorias européias, a discussão do regime político pós-independência no México ou Buenos Aires, a independência de Caracas ocorrida em 1810, a conquista das tropas de D. João VI na Guiana Francesa e das inglesas na Índia, a aliança da Rússia com a Suécia, a França e a Áustria para guerra contra a Turquia, então aliada dos ingleses etc. De forma direta ou indireta, todos esses eventos são conseqüências da guerra provocada pela França no continente europeu. A opinião do redator com relação aos franceses vai aos poucos sendo destacada no espaço denominado “Partido Francês no Brasil”, no interior das “reflexões sobre as notícias deste mês”, subseção de “Miscelânea”, uma das quatro seções do jornal.

Hipólito da Costa, aos primeiros meses ligeiramente tímido para exarar a sua opinião, toma uma maior liberdade mais precisamente a partir da edição de agosto de 1809, depois do surgimento de vários panfletos contra o *Correio* em Portugal, dos quais até 1810 três são respondidos. Um desses é da autoria de Anselmo Correia, representante, segundo Hipólito, do “Partido Francês” em Portugal. São respostas que em geral tratam da liberdade de imprensa, da questão da maçonaria e do regime político português que, para evitar o chamado “despotismo ministerial”, deveria buscar urgentemente reformas nos quadros administrativos.

Cabe ao presente estudo especificar antes de tudo qual o regime ideal imaginado por Hipólito após o traslado da Corte portuguesa para o Brasil, o que abriu possibilidades de construir nos trópicos um reino quase edênico, livre das guerras européias. Para preservar o Éden da malícia e das intrigas cortesãs, havia que suprimir o que Hipólito chamava partido, sinônimo de facção de homens que obram na contramão dos interesses de sua pátria. Depois disso, há que expor como um “partido” luta com o outro às custas da imagem da Majestade portuguesa.

Efetuar uma análise diretamente ligada ao jornalismo praticado pelo *Correio Braziliense* remete à utilização do que Richard Romancini chamou de “particularismo analítico”, em virtude da “permeabilidade do argumento a acomodar pesquisas históricas antes de viés jorna-

**A documentação presente no *Correio* é vasta em termos de volume, muito mais vasta, aliás, do que a resumida opinião do redator**

lístico do que do campo de estudo científico dessa área” (Romancini, 2007: 38). E, ao mesmo tempo, há que amparar o estudo do jornal nos padrões iluministas e beletrísticos já praticados nos jornais da Inglaterra no início do século XVIII, como no *Spectator* (Pallares-Burke, 1995). O uso do conceito civilização enquanto expressão da consciência ocidental e, por outro lado, as noções de geração de 1790 em Portugal, possibilitarão entender um pouco mais amplamente qual a orientação da ilustração apresentada por Hipólito da Costa nas páginas de seu periódico.

### **A guerra de Napoleão e a geração de 1790**

O consulado francês é inaugurado em 9 de novembro de 1799, tendo Napoleão como primeiro-cônsul: daí para frente segue uma centralização do poder e busca por consolidação do mercado interno na França, o que fortaleceu enormemente a burguesia comercial do país. Em 1804, através de plebiscito, Napoleão se converteu definitivamente em imperador e deu início a uma expansão territorial que alteraria os caminhos de toda a política européia.

Enquanto monarquias tradicionais como a Áustria e a Espanha perdiam seus territórios e eram obrigadas a aceitar soberanos aparentados de Napoleão, a Inglaterra resistia ao Bloqueio Continental imposto pelo continente em 1806, depois de ter batido, na Batalha de Trafalgar, a esquadra francesa. Como coadjuvante nesse processo de expansionismo militar envolvendo uma potência continental e a Inglaterra, que passava então a controlar os mares, estava o Reino de Portugal.

Aliado dos ingleses desde pelo menos os tratados de Methuen de 1703, Portugal consentia na ocasião em que a Inglaterra usasse os seus portos como bases navais (Schwarcz, 2002: 193). Mas, para efeitos de conversa, declarava-se neutro na disputa entre os franceses e ingleses. Uma neutralidade que, em virtude dos jogos políticos em questão, não poderia durar muito tempo. Decidindo por fim pela aliança com a Inglaterra, o Reino Português obrigou-se a atravessar o Oceano Atlântico com todo o seu séquito, desfazendo as malas no Rio de Janeiro, que se tornaria a nova sede da metrópole. O traslado da Corte já havia sido meditado por outros homens de Estado portugueses em ocasiões anteriores, inclusive d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no futuro o mais importante Ministro da Corte de d. João VI (*id., ibd.*: 195). Basicamente d. Rodrigo dá continuidade às idéias do Marquês de Pombal a partir da metade do século XVIII, quais sejam, reformar a política do Reino e racionalizar a ocupação das colônias, de forma a tornar a aumentar a produção de gêneros industriais e manter a balança comercial portuguesa favorável, nas idéias herdadas do mercantilismo português pombalino. O mesmo D. Rodrigo encarregara Hipólito da Costa, então recém-formado na Universidade de Coimbra (1798), a uma viagem científica para os

**Decidindo por fim pela aliança com a Inglaterra, o Reino Português obrigou-se a atravessar o Oceano Atlântico com todo o seu séquito, desfazendo as malas no Rio de Janeiro, que se tornaria a nova sede da metrópole**

EUA. Ambos os homens partilhavam, junto a outras personalidades políticas da época como José da Silva Lisboa ou José Bonifácio, de idéias semelhantes referentes à construção de um grande império luso-brasileiro. São o que Kenneth Maxwell (1999: 157-207) chama “geração de 1790”.

Na organização do novo reino era necessário, segundo D. Rodrigo, neutralizar os “abomináveis princípios franceses”, latentes no Brasil desde pelo menos a Conjuração Baiana de 1798 (Morel, 2002: 273). Em geral, como aponta José Tengarrinha (2004: 238), os membros dessa geração tinham os seguintes ideais, à luz do reformismo pombalino:

(...) buscavam mudanças inovadoras, mas ao mesmo tempo queriam conservar o espírito das antigas estruturas econômico-sociais. Considerados por alguns como conservadores, temiam o curso que adotara a França, mas não deixavam de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da Nação, mas que negava que a soberania pudesse residir no povo.

Entre os membros desse grupo era unânime a idéia de que a aproximação de Portugal com a Inglaterra, pelo menos até 1814, era a única solução que aparecia como racional diante do crescimento de Napoleão sobre a Europa. A mudança da Corte, pode-se dizer, colocou por cima um conjunto de homens cuja missão foi praticar as idéias referentes à construção de um grande Reino luso-brasileiro sob a proteção da Inglaterra. Enquanto isso, outros homens de Estado, como Antônio de Araújo Azevedo, Pedro de Sousa Holstein, José Seabra da Silva e o panfletário Anselmo Correia, mantiveram-se favoráveis à aproximação de Portugal ao Império napoleônico. D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, persistindo na idéia de adesão à França, chegou a ser acusado por crime de lesa-majestade contra o rei português (Silva, 2006: 207). Tratava-se do que à época se chamava *francesismo*, que, com a mudança da Corte, passou a ser considerado por si mesmo um incômodo aos projetos dos construtores do “Novo Império”.

A imprensa em língua portuguesa representava em suas páginas essas disputas que opunham duas grandes potências. O jornal *Correio Braziliense*, não apenas um constituinte dessa imprensa como também seu pioneiro, foi escrito durante quatorze anos (1808-1822), nos quais esteve livre da censura portuguesa pelo fato de, segundo Mecenas Dourado (1957:197), o redator ter se tornado um *denizen* do governo inglês. A importância do periódico de Hipólito, escrito num contexto exterior à censura lusitana, é atestada desde então por vários historiadores nacionais como o “pai da história brasileira” Varnhagen, para quem “nenhum estadista concorreu mais para preparar no Brasil a formação de um império constitucional do que o ilustre redator do *Correio Braziliense*” (apud Monteiro, 1979: 3). As relações entre o jornalista e a

**A mudança da Corte, pode-se dizer, colocou por cima um conjunto de homens cuja missão foi praticar as idéias referentes à construção de um grande Reino luso-brasileiro sob a proteção da Inglaterra**

Corte lusitana serão bastante avançadas, erguendo mesmo a hipótese, em boa parte comprovada por base documental, de que o redator teria sido subvencionado por d. João (Dourado, *op. cit.*: 373-422).

### **O projeto político do primeiro jornal destinado ao Brasil**

Ainda que o leitor imaginado por Hipólito da Costa seja até hoje uma controvérsia nas análises históricas, não há dúvidas de que seu jornal ia ao encontro do Brasil, preocupado com transformar aquela antiga colônia de Portugal no que chamará de um “grande império”. Ia com o objetivo de fornecer aos seus novos construtores instruções práticas de política e economia e de orientar de forma inequívoca a ação administrativa, ao mesmo tempo funcionando como uma enciclopédia dos principais temas da contemporaneidade. A justificativa do jornal é assim dada por Hipólito: “destinamos nós o nosso Periódico a conter uma coleção de todas as notícias importantes do tempo, que dizem respeito à América, para onde principalmente se dirige o *Correio Braziliense*” (Costa, vol. IV, 2002: 611).

A sua proposta consiste no esclarecer os contemporâneos brasileiros através da emissão de notícias referentes à Europa e à América. Portando implícitos conceitos como “imparcialidade” e “neutralidade”, o jornalista é aquele que narra as “memórias do tempo” (*ibd.*, vol. I: 318 e 643; vol. III: 102), buscando mostrar aos seus leitores a “verdade histórica” (*ibd.*, vol III: 238 e 175). Há que lembrar, com Sylvia Moretzsohn (2007: 106-7), sobre o amplo contexto dos jornalistas do período, que

Os princípios que se consolidaram como basilares para o jornalismo – o jornalismo, por isso mesmo, chamado de “referência” – remontam a esse projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais de fins do século XVIII. Tratava-se então daquilo que hoje se classificaria como um “jornalismo de causas”, abertamente político, freqüentemente panfletário.

A causa soberana que guia a redação do jornal é “o bem da pátria” (Costa, *op. cit.*, vol III: 107) e, no caso de Hipólito, “informar os Portugueses presentes, e vindouros, do modo porque os servem os homens públicos, que eles empregam, conservando costumada imparcialidade” (*ibd.*, vol I: 319). *Correio Braziliense*, o título do jornal, funciona como topônimo para o lugar ao qual é destinado, o Brasil, também chamado de “Novo Império”, “nação longínqua e sossegada” (*ibd.*, vol I: 1), “Nova Lusitânia” (vol I: 393), “importante parte do Globo” (vol I: 532), “país nascente” (vol III: 54).

O jornalismo de Hipólito extravasa as fronteiras da profissão técnica como entendida hoje, para ser percebido como um exercício de esclarecimento da opinião pública, no qual o bem da Pátria aparece como um final em si mesmo. Segue à tarefa de levar as luzes aos

**A justificativa do jornal é assim dada por Hipólito: “destinamos nós o nosso Periódico a conter uma coleção de todas as notícias importantes do tempo, que dizem respeito à América”**

homens do tempo o levar as luzes à posteridade. A fastidiosa reunião de documentos referentes às campanhas militares na Europa demonstra o esforço de prestar o jornal a ser um grande compilado das notícias da atualidade, que formarão, no futuro, um arcabouço de conhecimentos disponíveis aos estudos dos historiadores. Na explicação de Hipólito (*op. cit.*, vol I: 646),

[...] ainda que pareça tediosa a leitura de papéis que trazem uma data antiga, contudo, pouca reflexão será bastante para mostrar, que estes documentos sendo todos conservados, juntos às mais notícias do tempo, que lhe dizem respeito; formarão um sistema completo de importantíssima história [...].

Não há que apenas trazer notícias ou fatos que, muitas vezes, na estrutura do jornal, não são mais do que documentos oficiais, mas disponibilizar ao leitor um retrato completo das importantes transformações que aconteciam no mundo. Para o redator, os fatos afastam-se das conjecturas e especulações e podem só aparecer plenamente no futuro. A consciência histórica é o motivo das reflexões sobre o passado português, realizadas no anseio de buscar as raízes do atraso político e econômico em que vivia Portugal. Conforme progride o aperfeiçoamento teórico de Hipólito nos vários temas concernentes ao Brasil, ele vai consolidando soluções práticas para os problemas identificados, a partir de uma doutrina cujo objetivo é gerar mudanças concretas numa dada realidade social, bem na linha do pragmatismo iluminista.

Buscando situar o leitor no espaço brasileiro, Hipólito distingue “brazilienses” de “brasilianos” e “brasileiros”. Os primeiros, destinatários do jornal, são cidadãos nascidos no Brasil e com interesses na prosperidade de sua nação. Apesar desse declarado objetivo, Hipólito mais provavelmente, segundo Dourado (1957:158), dirige as novidades de seu tempo à Corte no Rio de Janeiro e aos portugueses espalhados pelo mundo. A essa época, a mudança da corte transforma subitamente o Rio de Janeiro em metrópole do Reino, o que torna necessário preencher o Brasil com significados que o re-situem no fluxo do imaginário europeu sobre a América. Isso já que Hipólito, como polemizava Nelson Werneck Sodré (1966: 37), não deixaria de ser um escritor externo aos problemas vivenciados pelo Brasil. Destarte, a fundamentação do Brasil passa por aquilo que Mariani (2003: 37) chama de “instalar um novo dizer”, isto é, “um dizer-suporte representativo da nova situação política de Portugal e do Brasil. É preciso justificar o passado para poder inaugurar sentidos naquele período ainda obscuro”.

O Brasil não é capaz de existir, no imaginário de Hipólito, como uma nação em si mesma, com uma história própria, desligada dos seus tradicionais administradores lusitanos: a partir da percepção

**O jornalismo de Hipólito extravasa as fronteiras da profissão técnica como entendida hoje, para ser percebido como um exercício de esclarecimento da opinião pública, no qual o bem da Pátria aparece como um final em si mesmo**

civilizatória europeia, o Novo Mundo existe na História apenas enquanto continuidade da história do Velho Mundo. Fluxo civilizatório é assim, como o pretende Norbert Elias (1994: 23), a “expressão da consciência ocidental, se poderia dizer, o sentimento nacional ocidental”, que se transfere de Portugal para o Brasil com a mudança da Corte e o processo de reformas urbanas desencadeado no Rio de Janeiro por d. João VI (França, 2002: 553). A incapacidade de Hipólito em desligar o Brasil de Portugal, noutros termos, está em que

[...] a força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a Metrópole, e o continente do Brasil representava, para os coloniais, pouco mais que uma abstração, enquanto para a Metrópole se tratava de algo muito concreto, a unidade cujo manejo impunha esta percepção, pelo que é correto afirmar que a apreensão do conjunto das partes a que genericamente se chamou Brasil estava no interior da “burocracia estatal portuguesa” [...]. (Jancsó; Pimenta, *apud* Istvan; Jancsó, 2002: 609.)

Portanto, aquele lugar já conhecido como Brasil, uma colônia “mal administrada” até então (Costa, *op. cit.*, vol I: 64), agora é um “Novo Império”, com a possibilidade de exercer um significado político mais nítido no imaginário europeu. As origens da administração que vem corrompendo Brasil e Portugal remetem aos “nobres desacreditadíssimos” ou “cortesãos astutos” responsáveis por inflar a máquina pública e manter a nação na obscuridade através da censura literária (*ibid.*, vol II: 528). A idéia de que os desmandos do Executivo monárquico devem ser atribuídos antes aos ministros do que ao rei, este sempre isentado das críticas mais ásperas, era largamente praticada no Portugal da época, sendo chamada “despotismo ministerial” (Neves, 2003: 123). Na explicação dada por Hipólito, tal despotismo seria gerado pela

[...] falta de reflexão que faz esperar, que semelhantes homens faltem a verdade ao Soberano e nem promovam reformas úteis; porque o mesmo que esperar que estes homens, que vivem como zangões de chupar a substância do Estado, deixem tudo por mão, e vão cavar com uma enxada, e isto é a mais crédula esperança, que a imbecilidade pode sugerir. (Costa, *op. cit.*, vol III: 561-2.)

Ainda mais para Hipólito, homem cujo teor descritivo beirava sempre as soluções práticas mais imediatas, a existência da nobreza não era mais do que uma forma de onerar o Erário público e desgastar a imagem do rei, preservando privilégios hierárquicos que representavam obstáculos para a prosperidade nacional. Ressalta-se a gravidade, para a época, dessa proposta elaborada nas páginas do *Correio*:

**Aquele lugar já conhecido como Brasil, uma colônia “mal administrada” até então, agora é um “Novo Império”, com a possibilidade de exercer um significado político mais nítido no imaginário europeu**

Essa representação do Estado (e, portanto, da nação), *que via na indistinção hierárquica das partes a chave da harmonia do sistema imperial*, colidia com tudo que a esmagadora maioria dos leitores, homens do Antigo Regime, tinham por visão de mundo ou por fundamento de sua identidade de qualquer ordem ou qualidade. (Jancsó; Slemian, *op. cit.*: 634. Grifos dos autores.)

Para conter a nobreza corrupta, Hipólito cria ser necessário fortalecer o centro político do Reino, que não era mais do que a Majestade. A unilateralidade com que o jornalista defende o rei chegou a ser interpretada por Marisa Lajolo (2002: 675) como um produto da ironia, como quando do anexo de um hino patriótico em louvor ao monarca. Não obstante, considerando a intenção mais importante da empreitada de Hipólito, “dotar a Monarquia e, em particular os domínios dela na América, de um instrumento eficaz de pedagogia política das reformas ditadas pelas melhores exigências das luzes” (Jancsó; Slemian, *op. cit.*:625), não se pode deixar de perceber que os versos, e em geral a pedagogia de Hipólito, atuam com um propósito coercitivo elementar, qual seja, preservar a mais alta figura política do Império, ainda mais quando se considera que a Sua Majestade era a única fórmula capaz de unir os povos ao redor da reforma da Monarquia.

O absolutismo aparece para Hipólito como uma ordenação política capaz de limpar o aparelho administrativo português, sobrecarregado com a folha de pagamentos da nobreza. O idealismo da crença no poder do rei, apesar de um poder não proveniente do *jure divino*, permite que o jornalista vislumbre um estado de coisas que, contentando o povo, também aplaca o risco de revoluções (Costa, *op. cit.*, vol II: 175). Este poder é proveniente do direito natural e se exerce no interior das leis fundamentais da nação, formuladas durante os encontros das Cortes. Mas mais precisamente em governar em prol dos interesses dos povos consiste a principal limitação do rei, que deve ser uma figura reconhecida pela sua resignação pessoal, o que liga Hipólito aos princípios monárquicos defendidos por Montesquieu. O jornalista se explica mais claramente:

Quando pois digo, usando da frase dos escritores portugueses, que o Monarca de Portugal é absoluto, não entendo que ele tem direito de obrar a seu capricho tudo quanto quiser bom ou mau; porque nem o direito natural, que estabelece os direitos majestáticos tal pode permitir [...]. Digo pois que o Monarca de Portugal é absoluto, que só ele tem o direito de fazer leis para a administração interna do Reino; só ele tem o direito de administrar a justiça entre os indivíduos ou corporações particulares, sendo os magistrados meramente deputados do Soberano, e sem autoridade própria [...]. (Costa, *op. cit.*, vol III: 372-3.)

**O idealismo da crença no poder do rei, apesar de um poder não proveniente do jure divino, permite que o jornalista vislumbre um estado de coisas que, contentando o povo, também aplaca o risco de revoluções**



Há que, portanto, preservar o absoluto do rei no Brasil, com a oportunidade de obrar um conserto generalizado, a partir da idéia do “Novo Império”, nos defeitos administrativos do aparelho burocrático português. Isto implica na obrigatoriedade de se corrigir o que Hipólito chama de “antigos abusos”, a partir principalmente da convocação das Cortes no Brasil, que orientarão e definirão as prioridades administrativas.

A essa necessidade de o rei obrar em conserto com o povo através da convocação de Cortes opõe-se a idéia de partido. Hipólito usa o termo partido de forma pejorativa, como seria comum em Portugal e Brasil nas duas primeiras décadas dos Oitocentos (Neves, 2003: 195). Ele o usa para designar uma facção de homens com objetivos contrários aos da unidade nacional, para representar “um grupo que descomprometia do conjunto e contrariava o interesse e a vontade geral em seu próprio benefício” (*ibid.*: 196). A existência de um grupo que arrogava idéias distintas do outro em benefício próprio implicaria na “desordem pública” e redundaria em prejuízo da sintonia do povo com o soberano. O jornalista recorre à história para buscar as origens dos dois partidos em Portugal, em franco combate durante as guerras peninsulares, durante a União Ibérica entre Portugal e Espanha:

Neste período foi que a nação Portuguesa começou, sem o conhecer, a entregar-se à superstição, e a uma Oligarquia degenerada; desde então se começou a desprezar a força própria, e o Governo Português se fiou mais da precária habilidade de alguns de seus Negociadores do que da espada de seus soldados. Neste estado de fraqueza nacional, que se pode datar do Reinado de D. Pedro II, nasceram os dois partidos Inglês e Francês, que nas Memórias do Marechal de Berwick, e outras daquele tempo, se vê que eram tão distintos, como o foram nos últimos anos, que a Corte esteve em Lisboa. (Costa, *op. cit.*, vol II: 263. Grifos nossos.)

A partir dessa breve exposição das orientações editoriais do *Correio*, do seu objetivo de guiar transformações concretas sobre um real bloqueado, há que perceber as especificidades dos dois principais grupos que se opõem, por malícia ou falta de cautela, aos projetos de construção do Reino luso-brasileiro.

### **A facção gálica e o exemplo inglês**

A guerra na Europa deixava às nações européias apenas duas escolhas: ou se mantinham ao lado da França e do seu expansionismo militar ou feriam o Bloqueio Continental estabelecido por Napoleão aproximando-se da Inglaterra. O jornal de Hipólito reflete essa preocupação: o mapeamento político do *Correio*, a partir da contagem das matérias presentes na subseção “reflexões sobre as notícias deste mês”, revela uma ampla maioria de matérias tratando de assuntos referentes à Inglaterra e à França (Jancsó; Slemian, *op. cit.*: 638).

**Há que, portanto, preservar o absoluto do rei no Brasil, com a oportunidade de obrar um conserto generalizado, a partir da idéia do “Novo Império”, nos defeitos administrativos do aparelho burocrático português**

Hipólito, é bastante lógico pensar, coloca-se ao dispor da Inglaterra e da orientação liberal proveniente das instituições inglesas, demasiadamente sólidas na garantia das liberdades individuais para serem esquecidas pelas autoridades brasileiras. A França, por outro lado, seria mais precisamente uma nação manejada por um déspota, mister na arte de violar tronos naturalmente constituídos e assim degenerar toda uma ordem civilizatória harmônica que vem se traçando na Europa desde as grandes navegações. A ação dos franceses poderia incidir diretamente sobre a corte portuguesa através de homens próximos ao Soberano, o que seria, para Hipólito, um mal muito mais difícil de identificar. Sua lógica é a mesma do despotismo ministerial: a inocência do Soberano em promover o bem da pátria tinha os seus limites inflados pela permeabilidade da Corte às idéias francesas.

Tal receio de que os franceses expandissem as fronteiras de sua influência sobre o Brasil passa a aparecer mais precisamente a partir do número de dezembro de 1809 do *Correio*. São matérias regulares com o título “Partido Francês no Brasil”, no interior da subseção “Reflexões sobre as notícias deste mês”, ocupando uma atenção mais detalhada de Hipólito. Ele assim explica em que consiste tal partido:

Chamamos partido francês àquelas pessoas em cujos princípios políticos, e sistema de obrar, ou raciocinar na causa pública, entre a esperança, real, ou fingida, de que os Franceses, como nação, podem reformar os abusos, que se tem introduzido no Governo de Portugal, e que o Governo Francês pode ser um utilíssimo aliado dos Portugueses; principalmente quando se compara com a aliança com a Inglaterra.

Os sequazes deste partido estão adidos a ele por vários motivos; uns são partidistas Franceses (ainda que é de conjecturar que sejam poucos) por terem atualmente recebido peitas ou promessas do Governo Francês, outros pela enganosa esperança de que os males podem ser remediados pelos franceses, outros pelo espírito de partido em defender as idéias, e princípios políticos das pessoas a quem são afeiçoados; outros por um cego e irreflexo desejo de vingança ou da Inglaterra, ou das pessoas do Governo, de quem se julgam agravados; sacrificando deste modo ao seu ressentimento a sua Pátria e a si mesmos. Daqui se vê que dos partidistas franceses uns são homens iludidos, e esses julgamos ser a maior parte, outros são homens corrompidos e corruptores. (Costa, *op. cit.*, vol IV: 119.)

Somente a ignorância dos povos, iludidos por “idéias falsas”, é que poderia fazer com que princípios políticos despóticos suprimissem os costumes liberais. Portanto, deveria seguir à instrução dos povos o estreitamento do espaço de circulação daquelas idéias francesas, vistas como um perigo para os governos constituídos através do direito natural. Na América Espanhola, pela impossibilidade de

**Hipólito, é bastante lógico pensar, coloca-se ao dispor da Inglaterra e da orientação liberal proveniente das instituições inglesas, demasiadamente sólidas na garantia das liberdades individuais para serem esquecidas pelas autoridades brasileiras**

os coloniais reaverem a sua submissão direta ao trono usurpado por Napoleão, a independência seria uma necessidade. A formação de Repúblicas, conta Hipólito, é preferível ao “despotismo de um homem só”. Ele decreta, portanto, o seu incondicional apoio aos independentistas mexicanos, idéia bem explícita num documento anexo em seu jornal, que se refere aos dois caminhos restantes aos coloniais:

Bonaparte apossando-se da Monarquia Espanhola tem reduzido esta matéria a um limitado ponto, se as colônias ficarão como antes unidas a esta Monarquia; em outras palavras, se ficarão sendo propriedade sua; ou se estas colônias se habilitarão, debaixo da proteção da Grã Bretanha a constituir-se uma nação livre e independente. (*Apud. Costa, op. cit.*, vol II: 560.)

O extremismo da idéia de independência não deveria ser incentivado no Brasil, posto que tal nação portava em si, mais precisamente no Rio de Janeiro, a Corte bragantina, onde d. João estava prestes a sagrar-se rei de Portugal, Brasil e Algarves. A neutralização das idéias revolucionárias, explicitada no futuro, quando Hipólito se negará a render apoios aos revolucionários de 1817, seria o caminho seguro para se manter a união dos povos da América portuguesa em torno do remanescente bragantino. Essa união, traduzida imediatamente no vocábulo patriotismo, seria a melhor forma de resistir aos partidários da França:

[...] parece-me que tenho conseguido provar que os Portugueses devem amar a sua Pátria, como aquela que é capaz de os fazer felizes, e não prestar ouvidos a essa facção de reformadores Franceses, que não fazem se não acumular misérias, sobre as nações, que têm a infelicidade de os ouvir. (*Costa, op. cit.*, vol III: 622.)

O partido francês começará a atacar através de panfletos com Anselmo Correia em Londres, que, por não gozar da condição de *denizen* do governo inglês, foi extraditado da ilha e perseguido pelas autoridades portuguesas. Além de mentir sobre a sua condição de embaixador português, o “escrevedor deste partido Francês aqui em Londres” teria atacado frontalmente o *Correio Braziliense* e defendido homens que se mantiveram favoráveis ao governo do Marechal francês Junot em Portugal (*ibid.*, vol III: 663). Percebe-se que o que está em curso é uma guerra ideológica na qual os combatentes tentam chegar às autoridades políticas e, em última instância, ao próprio soberano: é uma guerra na qual o povo permanece mudo; tanto afrancesados quanto angófilos reconhecem no absolutismo a forma de governo que melhor cabe a Portugal e ao Brasil e se vêem como instrumentos de coerção popular.

**O extremismo da idéia de independência não deveria ser incentivado no Brasil, posto que tal nação portava em si, mais precisamente no Rio de Janeiro, a Corte bragantina, onde d. João estava prestes a sagrar-se rei de Portugal, Brasil e Algarves**

O escrevinhador de Londres [Correia] defende, a esses e até faz, elogios a D. Lourenço de Lima [embaixador português na França], homem de cujos fins sinistros não há um português que duvide. No Brasil arma-se tudo para expor o *Correio Braziliense* como um periódico desorganizador, que não respeita ninguém, etc. Ora depois desses seus mesmos procedimentos de se defenderem mutuamente uns aos outros aqui, em Lisboa, e no Brasil, escusamos produzir mais provas de que tal partido [francês] obra por combinação, em toda a parte, onde a sua influência pode ser nociva. (*ibd.*, vol. IV: 313.)

No Brasil, por haver censura sobre toda a produção impressa, o partido francês se manifestava mais exclusivamente através de homens incrustados no aparato político bragantino. Um exemplo concreto disso seriam os incentivos dos afrancesados ao traslado da Corte portuguesa para a Ilha da Madeira, idéia confirmada, segundo Hipólito, por uma grande quantidade de cartas que lhe chegavam todos os dias (*ibd.*, vol. IV: 432). O redator faz questão de ressaltar que se trata de um rumor, mas que merece particular atenção pela importância do assunto e pelo desleixo com relação à matéria apresentado pelos portugueses até então, já que uma mudança da Corte para as proximidades do continente europeu poderia facilitar a sua manipulação por Napoleão (*ibd.*, vol. IV: 433).

No extremo oposto daquilo que aparece nitidamente como um mal está a liberdade. Nesse sentido, os ingleses eram percebidos como um vasto conjunto de instituições liberais capazes de inspirar os governos e afastar os riscos de despotismo; ainda que o “partido inglês” seja uma facção de políticos portugueses que, pregando uma aproximação deliberada à Inglaterra corre o risco de esquecer a defesa da indústria nacional. Este mesmo partido seria responsabilizado pela má condução dos tratados de 1810 que prejudicaram a indústria nacional favorecendo a entrada de produtos ingleses no Brasil.

O despotismo supracitado refere-se mais especificamente a Napoleão, mesmo que tenha sido vasto o número de déspotas na história europeia – o marquês de Pombal é um dos mais citados; segundo Hipólito, suas garras ainda se sentiam em Portugal com a censura do intendente de Polícia Pina Manique. A ênfase no despotismo de Napoleão ajuda a cristalizar nas páginas do *Correio* uma imagem de ojeriza aos franceses, bem na linha do pensamento de d. Rodrigo de Sousa Coutinho; tal imagem tinha em Napoleão um instrumento a serviço da Revolução Francesa, agora com o risco de expandir-se para outros cantos da Europa e também no Brasil.

A oposição bélica dos ingleses seria, segundo Hipólito, fundamental no Continente europeu. Ainda que eles ajam sem prudência durante suas investidas na península Ibérica, violando e saqueando propriedades portuguesas e negociando ao seu próprio arbítrio com os antigos invasores, fica a sua colaboração com a transmissão de

**No Brasil, por haver censura sobre toda a produção impressa, o partido francês se manifestava mais exclusivamente através de homens incrustados no aparato político bragantino**

costumes civilizados aos portugueses. A estada inglesa em Portugal lembra a aura regenerativa de uma substância mágica, em cuja presença qualquer ser humano se vê curado das chagas, dentre as quais as “idéias políticas erradas”. Eis mais detalhadamente como o jornalista vê a presença inglesa na península Ibérica:

Os Ingleses são povo livre; e ainda que os militares, que forem governar Portugal, sejam por inclinação, por hábito, ou por ofício, inclinados ao despotismo, que sua profissão inspira, hão de por força introduzir entre os Portugueses as suas idéias, de liberdade Inglesa, ainda sem o quere-rem fazer: o que será de um benefício incalculável na triste situação a que a nação está reduzida. (*ibd.*, vol. II: 529.)

A adesão entusiasta à causa inglesa tem exemplo à altura na inserção do discurso de Milton ao Parlamento Inglês, intitulado *Aeropagítica*, a partir da seção “Literatura e Artes” de Maio de 1810, e no uso categórico de autores ingleses, dos quais o mais eminente é Edmund Burke, em sua crítica à Revolução Francesa e apologia do absolutismo monárquico. O elogio da liberdade de expressão traz dissidências políticas a Hipólito em Portugal. Surgem alguns panfletos dedicados a contestar o jornalista, dos quais aqui vale comentar aquele escrito pelo juiz de crime do Porto, José Joaquim de Almeida, disposto a denunciar a doutrina “revoltosa e arriscada do *Correio*” (Dourado, 1957: 298). Hipólito assim responde, referindo-se à situação de paz a que alude o juiz português:

Nós aqui em Inglaterra ainda não chegamos a esse ponto de perfeição; porque aqui se faz muita coisa malfeita; e se Portugal está chegado a esse cúmulo do Otimismo Político; parabéns lhe seja: mas confessamos que, o que o Autor diz, não nos leva a crer que isso assim é; e suspeitamos que nem ele está disso convencido. (Costa, *op. cit.*, vol. IV: 460.)

Segundo uma lógica vulgar, a liberdade facilitada pela presença inglesa acabará por gerar instituições comerciais livres. E, para Hipólito, sobretudo essas deveriam servir de guia aos construtores do “Novo Império”, já que, uma vez escorados na idéia da livre iniciativa, os comerciantes brasileiros poderiam alçar um rápido vôo rumo ao progresso econômico, abandonando as barreiras impostas pela metrópole ao desenvolvimento da colônia. Como diz Hipólito, referindo-se ao Brasil: “este país nascente, e falto de experiência, só da Inglaterra pode, nas atuais circunstâncias, aprender a organizar as suas instituições políticas, a dirigir as suas operações comerciais; a dispor e tirar vantagem dos seus recursos e finanças, etc.” (*ibd.*, vol. III: 54). Comerciar com a Inglaterra seria, além de importante para a manutenção de uma nascente economia, uma forma de apresentar aos brasileiros “as luzes inglesas nestes diferentes ramos da

**A estada inglesa em Portugal lembra a aura regenerativa de uma substância mágica, em cuja presença qualquer ser humano se vê curado das chagas, dentre as quais as “idéias políticas erradas”**

civilização, que se participarão naturalmente ao Brasil, com a mútua comunicação” (*ibd.*, vol. III: 50). E não se pode perder de vista a dimensão fundamentalmente civilizatória que assumia o periódico de Hipólito: construir novos hábitos na antiga colônia era o primeiro passo para acostumar os “brazilienses” à idéia de liberdade.

Apesar da piramidal ajuda incrustada na presença inglesa, os comerciantes ingleses nunca hesitarão em buscar benefícios próprios às expensas do Erário do Reino luso-brasileiro – como provariam as relações históricas entre Portugal e Inglaterra. Então, a idéia de “partido inglês” aparece no *Correio* para abonar a Inglaterra: não são os ingleses, em sua natural tendência a buscar benefícios à sua pátria, os responsáveis por colocar o Brasil numa situação desvantajosa. O negociante brasileiro precisa ter cautela com relação aos futuros tratados comerciais entre as duas nações, devendo para isto se armar através de corporações de comerciantes e estudar metodicamente as possibilidades diplomáticas. Como aponta o jornalista sobre os tratados futuros, “um tratado de comércio, entre o Brasil e a Inglaterra, é uma das mais delicadas empresas, em que pode entrar a Corte do Brasil; porque o Negociador Brasiliense não tem precedentes que o guiem” (*ibd.*, vol II: 129). O partido favorável à causa inglesa, imantado ao aparelho administrativo português, será a raiz do prejuízo. Aos tratados de 1810, desvantajosos para o comércio brasileiro, segue uma série de críticas ferozes aos diplomatas descautelados que se deixaram guiar por uma anglofilia levemente esquecida da idéia de construir o “Novo Império”.

A fidelidade ao projeto de construir o “Novo Império do Brasil”, característica bem própria do *Correio Braziliense*, que previa até 1821 a integração de Portugal, tornou-a dispensável quando este país declarou seus planos de subjugar o Brasil. O projeto de Hipólito era singular para a época e não pode ser extraído de sua merecida originalidade. Assim, depois de 14 anos, o jornalista retoma o seu projeto editorial lançado logo às páginas iniciais do jornal:

Este Periódico, destinado sempre a tratar como objeto primário os negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país (...); e os acontecimentos últimos do Brasil [dos quais o principal é a sua independência política] fazem desnecessário ao Redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade da imprensa nele, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho antes tão necessário. (*ibd.*, vol. XXIX: 623.)

Nos primeiros anos dessa missão de informar, a atenção exclusiva dada aos acontecimentos europeus, em torno das campanhas militares encabeçadas por França e Inglaterra, não deixa de estar relacionada com aquela terra “longínqua e sossegada”, para quem

**A fidelidade ao projeto de construir o “Novo Império do Brasil”, característica bem própria do *Correio Braziliense*, que previa até 1821 a integração de Portugal, tornou-a dispensável quando este país declarou seus planos de subjugar o Brasil**

Hipólito dirige o seu jornal, no declarado objetivo de informá-la e ajudá-la a construir-se. A concepção dos Outros vai além das influências negativas da facção gálica: são quaisquer uns cujo objetivo seja obrar em desconcerto com o progresso da abstração chamada “Pátria”.

## Referências

- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, vols I, II, III, IV, XXIX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção de um público. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, Vol XXX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- JANCSÓ, István e SLEMIAN, Andrea. Um caso de patriotismo imperial. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, Vol XXX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LAJOLO, Marisa. Leitores brazilienses: um público rarefeito?. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, Vol XXX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Fontes, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro. In *Chocolate, piratas e outros malandros*. Ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, Vol XXX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Brasil e Portugal: Representações e Imagens (1808-1840). In Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa em História. N°. 18. Curitiba, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Corcundas e Constitucionais – A cultura política na independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *The Spectator: O teatro das Luzes*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ROMANCINI, Richard. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In LAGO, Cláudia e BENETTI, Márcia. *Metodologia de pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras,

2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TENGARRINHA, José. O jornalismo da primeira emigração em Londres. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, Vol XXX*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

*Recebido em 30 de agosto de 2008*  
*Aprovado em 25 de outubro de 2008*